



Com a ausência do ministro Haddad, Jorge Yunes (E), da associação de editores de livros didáticos, foi único debatedor na CE, presidida por Roberto Requião (2º à esq.)

## Comissão chama Haddad para explicar livros didáticos

Ministro da Educação enviou representante a debate ontem, mas comissão insiste na sua presença para esclarecer denúncias recentes. **7**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.447 – Brasília, quarta-feira, 18 de maio de 2011



## Plenário aprova verbas para recuperar rio Tietê

Senado autorizou o estado de São Paulo a tomar emprestados US\$ 115,7 milhões do BID para obras de recuperação das margens e remoção de famílias ameaçadas por enchentes

### Patrimônio de Palocci domina os discursos

Governo e oposição se envolveram em uma batalha de discursos ontem, em torno da denúncia sobre o suposto enriquecimento ilícito do ministro. **5**

### Reforma no Senado será votada até fim do mês

Relatório do senador Ricardo Ferraço, que propõe um enxugamento de quase metade das funções comissionadas, foi lido ontem na subcomissão temporária. **8**



Aloysio Nunes (E), senador por São Paulo, explicou em Plenário a importância do empréstimo para viabilizar o projeto de recuperação das margens do rio Tietê

**A** recuperação das margens degradadas do rio Tietê, o mais importante a cortar o estado de São Paulo, vai ganhar

o reforço de US\$ 115,7 milhões a serem emprestados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O pedido foi aprovado em

Plenário horas depois de passar pela Comissão de Assuntos Econômicos. Outros US\$ 84 milhões serão investidos pelo estado. **3**

### Prazo menor para reembolso de pagamento indevido **4**

### CAE aprova Sistema Único de Assistência Social **6**

### Combate à homofobia recebe apoio de 100 mil

A 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy, recebeu da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais abaixo-assinado em apoio ao projeto que criminaliza a homofobia. **2**



Marta Suplicy recebe ativistas a favor do projeto anti-homofobia: para ela, sociedade está pronta para debater o tema

Jane Araújo/Senado Federal



Abaixo-assinado é entregue à 1ª vice-presidente do Senado, Marta Suplicy, relatora na CDH da proposta que criminaliza o preconceito contra os homossexuais

# 100 mil pedem aprovação do projeto anti-homofobia

A 1ª VICE-PRESIDENTE do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), recebeu ontem abaixo-assinado com cerca de 100 mil assinaturas em apoio ao projeto que criminaliza atos de homofobia. O documento foi entregue pelo presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis, acompanhado de ativistas.

O objetivo do abaixo-assinado é agilizar a tramitação do projeto (PLC 122/06) no Senado, onde ainda precisa ser analisado pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – onde se encontra – e de Constituição, Justiça e Cidadania (CJ), e pelo Plenário.

Marta, que é relatora da matéria na CDH, parabenizou a iniciativa e disse que a sociedade está pronta para debater

o tema. A senadora também elogiou as decisões do Judiciário em favor dos homossexuais – que culminaram com o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

– Não só a coleta dessas assinaturas em tão pouco tempo, mas também o pronunciamento do STF equiparando relações homoafetivas às relações estáveis, mostra que o tempo realmente chegou – disse.

## Sem violência

Toni Reis disse que a intenção do projeto não é cercear a liberdade de expressão ou de culto.

– Todo mundo pode opinar desde que não humilhe e não incentive a violência. Acho que ninguém é favorável a assassinatos, espancamentos. Não queremos prender pastor nem padre.

As igrejas podem ajudar no combate à homofobia – disse.

Aprovado na Câmara em 2006, o projeto tinha sua votação na CDH do Senado prevista para a semana passada, mas foi adiada a pedido da relatora, a fim de que haja mais discussões.

Segundo Marta, ainda não há previsão para votação. Ela informou também que recebeu propostas de novas mudanças no seu texto, mas não informou quais são.

Mais cedo, a senadora participou da abertura do 8º Seminário LGBT, promovido pela Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT do Congresso. O evento, cujo slogan é “Quem ama tem o direito de casar”, está sendo realizado na Câmara dos Deputados e faz parte das atividades do Dia Internacional de Luta contra a Homofobia.



Marta Suplicy recebe integrantes do movimento gay, que vieram pedir a rápida aprovação pelo Congresso do PLC 122

## Manifestações sobre polêmica congestionam serviço do Alô Senado

As linhas telefônicas de atendimento ao cidadão pelo serviço Alô Senado ficaram congestionadas ontem, no Dia Internacional de Luta contra a Homofobia, em razão do grande número de manifestações sobre o projeto que estabelece punições para quem discriminar homossexuais.

Aprovada pela Câmara em 2006, a proposta (PLC 122/06) está no Senado. A Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop), responsável pelo Alô

Senado, divulgou nota ontem de manhã pedindo a compreensão dos cidadãos pelo eventual período de espera por atendimento, e informando que o site do Senado também está disponível para receber as manifestações no endereço: [www.senado.gov.br/alosenado](http://www.senado.gov.br/alosenado).

O cidadão pode enviar sua opinião sobre o PLC 122/06 ou qualquer outro projeto em debate no Senado ligando para o número 0800 61 2211.

## Crivella anuncia elaboração de proposta alternativa

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que não abre mão da liberdade religiosa e trabalha na elaboração de uma proposta alternativa ao PLC 122/06 que “resgare o direito de as pessoas dizerem o que pensam sobre o homossexualismo”.

– O pastor ou o sacerdote pode falar que o homossexualismo, conforme a Bíblia, é pecado. No país não há censura e nem o Estado pode interferir na fé das pessoas. Por outro lado, ninguém está fazendo apologia de se maltratar ou bater em homossexuais ou ter qualquer preconceito – explicou.

Crivella informou que a proposta ainda está em discussão com Marta Suplicy, os líderes partidários e representantes das correntes religiosas contrárias ao projeto.

– Espero conseguir um acordo para que não fique essa impressão de que os parlamentares são homofóbicos – disse.

## Secretários estaduais querem desarmar PEC

Secretários de Fazenda de quatro estados pediram o apoio do presidente do Senado, José Sarney, para o desarmamento da proposta que estende a aplicação da alíquota interestadual do ICMS às operações de comércio eletrônico que destinem mercadorias a consumidor final localizado em outro estado.

Segundo Cláudio Trinchão

Santos, do Maranhão, a PEC 36/06, do ex-senador Rodolpho Tourinho, apoiada por 21 estados, dá ao comércio eletrônico o mesmo tratamento tributário do tradicional, em que os recursos dos impostos são divididos entre o estado de origem e o do consumidor final.

Já o secretário da Bahia, Carlos Martins de Santana,

disse que hoje, no comércio eletrônico, os recursos ficam somente com o estado de origem, o que pode levar o crescimento desse tipo de negócio a comprometer o comércio local das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Também estiveram no Senado os secretários do Ceará e de Pernambuco.

## Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Pauta trancada por MPs

14h A sessão plenária é deliberativa. A pauta continua trancada por duas medidas provisórias (MPs 515/10 e 518/10).

## Presidência Minutas de atos normativos

11h30 O presidente do Senado, José Sarney, recebe a embaixatriz Michele Corrêa da Costa. Às 12h, a Comissão de Reforma Política entrega as minutas de atos normativos. Às 16h, Sarney preside a ordem do dia e, logo depois, recebe o presidente da Rede Vida de Televisão, João Monteiro de Barros Filho.

## CCT Projeto para pessoas com deficiência

8h30 Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa projeto que obriga empresas de telecomunicações a oferecer planos para atendimento a pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

## CAS Audiência com ministro Garibaldi

9h A Comissão de Assuntos Sociais recebe em audiência pública o ministro da Previdência Social, Garibaldi Filho. Após a reunião, votação de proposições, entre elas a que torna obrigatória a divulgação, pela internet, de análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas em empresas pela Anvisa.

## CDR Mobilidade urbana

9h30 Projeto que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Também em pauta a votação de requerimentos de audiências públicas.

## CCJ PEC de iniciativa popular

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina proposta que facilita a apresentação de proposta de emenda à Constituição de iniciativa popular e de projetos de lei.

## CE Expansão da educação infantil

10h O processo de expansão da educação infantil após aprovação de legislação destinada a favorecer sua universalização é o tema da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

## Pobreza Escolha do presidente e vice

10h A Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza elege seu presidente e vice-presidente. O colegiado integra a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

## Eleições Relatório final da reforma política

12h Entrega do relatório final dos trabalhos da Comissão de Reforma Política ao presidente do Senado, José Sarney.

## CI Debate sobre tarifa social de eletricidade

14h Para discutir a tarifa social de energia elétrica, a Comissão de Serviços de Infraestrutura vai ouvir, entre outros, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hübner Moreira.

## Rio+20 Como conservar a água

14h “Água: como conservá-la” é o tema da audiência pública da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

## Tributos Eleição em subcomissão na CAE

14h Instalação da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, que integra a Comissão de Assuntos Econômicos. Também serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

## Copa Avaliação sobre obras em Minas Gerais

14h30 A Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realiza audiência pública com representantes de Minas Gerais.

## CMO Relatório do projeto da LDO

14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para discutir e votar o relatório preliminar ao projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2012).

## Chuvas Defesa civil

14h30 Apresentação do plano de trabalho e votação de requerimentos da Comissão Temporária do Sistema Nacional de Defesa Civil, destinada a estudar a criação de força-tarefa para ajudar vítimas de enchentes.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a integra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)



Márcio Kalmes/Senado Federal



Observado por Wellington Dias, Elvivo Lima Gaspar fala aos senadores de subcomissão

## Desequilíbrio de investimentos do BNDES no Nordeste preocupa

A concentração de cerca de 40% dos recursos investidos no Nordeste pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em apenas três dos nove estados da região foi a principal preocupação dos senadores que participaram de debate na Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste.

A subcomissão promoveu ontem audiência pública com Elvivo Lima Gaspar, diretor do BNDES, para discutir o plano de investimento na região. O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse existir o "Nordeste dos ricos", referindo-se aos três estados que recebem a maior parte dos recursos: Bahia (14%), Pernambuco (13%) e Ceará (11%).

Também os senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Wilson Santiago (PMDB-PB) cobraram uma distribuição mais equilibrada de investimentos entre os estados do Nordeste. Mesmo concordando com os colegas, Lidice da Mata (PSB-BA) considerou

"tímida" a fatia recebida pela Bahia, frente às potencialidades de seu estado.

Para os parlamentares, a estratégia do governo federal deveria ser no sentido de integrar os investimentos na região.

– Ou integramos ou estamos criando muros dentro do Nordeste – alertou Cícero Lucena, sugerindo, por exemplo, uma política de desenvolvimento da indústria automobilística para toda a região, visando acabar com disputas entre estados.

Presidente da subcomissão, Wellington Dias (PT-PI) reconheceu avanços nos investimentos destinados à região, mas defendeu uma fatia maior de recursos para projetos nordestinos.

Em resposta, Elvivo Gaspar reconheceu a necessidade de ampliar a atuação do BNDES no Nordeste. Para tanto, ele informou que o banco tem buscado fortalecer a capacidade de planejamento dos governadores, por meio do programa BNDES Estados.

### Onze temas em 11 estados

Subcomissão programou reuniões em todos os estados integrantes da chamada área de influência da Sudene

TEMA PRIORITÁRIO	DATA	LOCAL
• Desequilíbrio estrutural	23 de maio	AL
• Infraestrutura/ZPEs e zonas francas	6 de junho	PB
• Políticas sociais para erradicação da miséria	13 de junho	PI
• Educação, ciência, tecnologia e inovação	4 de julho	BA
• Integração dos órgãos do Nordeste	11 de julho	PE
• Turismo e cultura/bacia do Xingó	15 de agosto	SE
• Recursos hídricos	29 de agosto	CE
• Revitalização dos rios São Francisco e Parnaíba	5 de setembro	MA
• Projetos de energia renovável	19 de setembro	RN
• Política de mineração	10 de outubro	ES
• Definição da área do semi-árido/política de atração de investimentos privados	24 de outubro	MG

## Vanessa defende programa que incentiva redução das emissões

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) participaram de encontro sobre meio ambiente em Londres, entre os dias 8 e 10 de maio, realizado pela Globe Interna-

tional, organização que reúne vários parlamentares ao redor do mundo para debater questões ambientais.

Ao Plenário, a senadora contou que havia representantes de países como Indonésia, Congo, México, além de diretores da Organização das Nações Unidas (ONU). Um dos temas debatidos foi a implantação e a ampliação do programa Redd (Redução de Emissões de Gases Tóxicos por Desmatamento e Degradação Florestal). Vanessa lembrou que, em 2010, a ONU passou a considerar a implantação do programa como um compromisso.

– Esse programa muda para melhor a lógica do relacionamento e da política ambiental – afirmou a parlamentar.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Vanessa Grazziotin participou de encontro ambiental em Londres

Senadores acolhem pedido de empréstimo do estado de São Paulo junto ao BID. Famílias serão reassentadas porque área que hoje ocupam tem risco de inundação

## Plenário aprova projeto para recuperar margens do Tietê

O PLENÁRIO APROVOU o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 19/11, que havia passado de manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto permite ao estado de São Paulo tomar US\$ 115,7 milhões emprestados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para obras de recuperação das margens do rio Tietê, próximo à Barragem da Penha, com o reassentamento de 500 famílias que vivem no local.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) informou que os recursos serão utilizados para aumentar a faixa de proteção na margem do Tietê, sujeita a

inundação, razão pela qual serão retiradas as 500 famílias. A área será ocupada por ciclovias, uma estrada parque e equipamentos culturais e esportivos, completou o parlamentar.

Aloysio Nunes informou que outros US\$ 84 milhões em recursos próprios do governo de São Paulo serão usados no projeto. Ele agradeceu aos senadores Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da CAE, pelas rápidas tramitação e votação do empréstimo, e a Cyro Miranda (PSDB-GO), relator.

### Reflorestamento

Em seu relatório, Cyro Miran-

da ressalta que o custo efetivo do empréstimo destinado a financiar o programa Várzeas do Tietê será da ordem de 5,97% ao ano e que o valor total dos investimentos no programa está estimado em US\$ 199,78 milhões, aí incluída a contrapartida estadual.

O parlamentar também destacou a importância do programa, que tem como objetivo geral contribuir para a recuperação das várzeas da bacia do alto Tietê, em São Paulo. Informou ainda que estão previstas várias obras e o reflorestamento de 125 hectares ao longo das margens do rio.



Wilton Michidori/SP Notícias

Governo de São Paulo tem o programa Várzeas do Tietê, que pretende recuperar as margens degradadas do rio

## Fuso horário do Acre será decidido na terça-feira

Sugestões de mudanças no projeto de lei (PLS 91/11) do senador Pedro Taques (PDT-MT), restabelecendo o antigo horário do Acre, levaram ao adiamento da votação para terça-feira. Emendas sugeridas por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) estendem a medida a parte do Pará e do Amazonas, que também tiveram seus horários alterados pela Lei 11.662/08.

A proposta está em análise nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição e Justiça (CCJ). O relator indicado é Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que aceitou vista coletiva pro-

posta pelo presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS).

Resultado de projeto do então senador e atual governador do Acre, Tião Viana, aquela lei reduziu de duas para apenas uma hora a defasagem de horário do Acre e de parte do Amazonas em relação a Brasília. Os municípios do oeste do Pará

tiveram o fuso equiparado ao da capital federal.

Apesar de eventuais boas intenções por trás da mudança – assinaladas por Sérgio Petecão (PMN-AC) e Aníbal Diniz (PT-AC) –, a maioria da população acreana rejeitou a mudança, em referendo realizado em outubro de 2010.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Sérgio Petecão diz que, apesar das eventuais boas intenções, mudança foi rejeitada em referendo

## Audiências debatem 6º Fórum Mundial da Água

A Subcomissão Permanente da Água, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), vai realizar audiências públicas

para discutir o 6º Fórum Mundial da Água, em março de 2012, em Marselha (França).

O plano de trabalho, apresentado pelo senador Paulo Davim (PV-RN) e aprovado pelo cole-

giado, prevê debate com o presidente do comitê internacional do fórum e vice-presidente do Conselho Mundial da Água, Benedito Braga.

Os senadores também irão a eventos preparatórios ao 6º fórum mundial. Participam do lançamento do Processo Parlamentar do 6º Fórum Mundial da Água, no dia 10 de junho, em Estrasburgo (França), além do Fórum das Américas.

Davim teve relatório aprovado pela subcomissão, presidida por Marisa Serrano



Gerardo Magalhães/Senado Federal





Na presidência da CMA, que aprovou a proposta, Rodrigo Rollemberg é cumprimentado por Antonio Carlos Valadares

Fotos de Genildo Magalhães/Senado Federal

## Detentor de marca pode ser obrigado a comprovar seu uso

Os detentores de marcas registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) poderão ser obrigados a demonstrar seu uso, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 194/10, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ainda irá a decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O substitutivo da relatora Ana

Amélia (PP-RS) fixa dois momentos em que se deverá fazer essa comprovação: dois anos após a concessão do registro e no último ano da vigência do prazo decenal, em caso de pedido de prorrogação.

Raupp disse que o INPI tem em seus arquivos marcas que nunca foram e provavelmente jamais serão utilizadas, o que prejudica outros empreendedores eventualmente interessados.

## Loja deve devolver em 15 dias valores pagos indevidamente

Relator observa que, como a legislação atual não fixa prazo para o ressarcimento, "o consumidor fica à mercê da boa vontade do fornecedor" para receber o dinheiro

PROJETO DE LEI que fixa prazo de 15 dias para que o lojista ou fornecedor devolva, em dobro, valores pagos indevidamente foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta prevê multa de dez por cento sobre o valor a ser devolvido, caso o fornecedor descumpra o prazo.

Pelo texto em vigor, o fornecedor não tem prazo para fazer a devolução do que foi cobrado

indevidamente.

– Como se percebe, o consumidor fica à mercê da boa vontade do fornecedor em corrigir o erro da cobrança imprópria – disse o relator da matéria, senador João Pedro (PT-AM).

De autoria do senador Gim Argello (PTB-DF), a proposta irá diretamente para a Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para sua votação pelo Plenário do Senado.

A proposta original sugeria um prazo de cinco dias para essa

devolução, contados a partir do recebimento da solicitação pelo fornecedor. João Pedro considerou importante a definição de prazo para proteger o consumidor. Porém, em sua avaliação, o prazo de cinco dias sugerido pelo autor era excessivamente curto e poderia cercear a defesa do fornecedor.

Um outro projeto, de iniciativa da Câmara (PLC 151/10), que previa o prazo de dez dias para a devolução, foi rejeitado pela comissão.



Gleisi Hoffmann apontou riscos ao sistema financeiro e possibilidade de aumento dos juros caso fosse aprovado projeto que beneficia os servidores na compra de imóveis

## CAE rejeita dispensa de SPC para servidor público

A certidão negativa de serviços de proteção ao crédito (SPC) poderá continuar a ser requerida nos contratos de consignação que envolvam pagamento de prestação de imóvel em folha salarial de servidor público. Projeto que dispensa essa exigência foi rejeitado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas a decisão terminativa depende da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), manifestou-se favoravelmente ao PLS 527/07, mas Gleisi Hoffmann (PT-PR)

apresentou voto em separado pela rejeição, que foi acatado pela CAE.

A senadora apontou riscos ao equilíbrio do sistema e de aumento dos *spreads* [taxa de risco cobrada pelos bancos em adição aos juros], em prejuízo dos demais consumidores.

Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para as consequências de um "excesso de liberalidade" com o endividamento dos consumidores no país. Armando Monteiro (PTB-PE) notou que o fato de o Brasil ter os juros mais altos do mundo aumenta os riscos do endividamento para as famílias.

Por sua vez, Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse conhecer pessoas que comprometeram até 80% de seus salários com crédito consignado e prestação de automóveis. E Luiz Henrique (PMDB-SC) criticou a possibilidade de privilégio para o servidor público. Para ele, é preciso desestimular a tendência de endividamento no país.

Mesmo com as explicações de Inácio Arruda de que o projeto não acaba com o crédito consignado, mas apenas dispensa exigência burocrática em benefício do servidor público, a maioria dos integrantes da CAE aprovou o voto de Gleisi Hoffmann.

### Gleisi quer manter taxas para pregão eletrônico

Projeto que determina a isenção de taxas por uso de sistema eletrônico para participação em licitações (pregão eletrônico) recebeu relatório contrário da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo ela, a proibição de cobrança de taxas poderia trazer danos ao interesse público, ao tornar inviável o sistema eletrônico de licitações, "que é comprovadamente mais ágil e eficiente para a administração, especialmente nos pequenos municípios".

### Senadores vão debater fechamento de indústrias

A pauta de novas audiências da CAE incluirá debate sobre o risco da desindustrialização do país, em decorrência da valorização do real com relação ao dólar. Desindustrialização é o nome que os economistas dão ao fechamento de indústrias e à consequente redução da participação da indústria no produto interno bruto (PIB) em função da concorrência externa.

Essa concorrência externa é quase sempre estimulada pela valorização da moeda nacional frente ao dólar, o que torna mais baratas as importações.

## Natal diz que obras para a Copa ficarão prontas antes do prazo

A cidade de Natal está cumprindo os prazos pré-determinados e garante ter tudo pronto para a Copa de 2014, atendendo a todas as exigências do Caderno de Encargos da Fifa. A afirmação foi feita ontem pelo secretário estadual extraordinário para Assuntos Relativos à Copa do Mundo, Demétrio Paulo Torres, em audiência pública da Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Ele disse que todas as obras, incluindo o estádio Arena das Dunas, estarão prontas em dezembro de 2013.

– Estamos adiantados em relação ao cronograma firmado com a Fifa. Nós estamos relativa-

mente bem melhores que várias cidades do Brasil. O tempo é bastante suficiente e o nosso cronograma é real – declarou.

Demétrio assinalou que as obras referentes à mobilidade urbana são pontuais e que a Via Costeira já está pronta. As demais obras estarão concluídas em maio de 2012.

O secretário de Esportes, Lazer e Copa do Mundo de Natal, Rodrigo Martins Cintra, explicou que os recursos públicos estão sendo aplicados na melhoria da infraestrutura da cidade, para deixar uma herança positiva que vá além do gerenciamento de quatro ou cinco jogos da Copa.



Senador Blairo Maggi, entre Demétrio Paulo Torres (E) e Rodrigo Martins Cintra: representantes do governo e da prefeitura garantiram conclusão das obras

## Falta de quórum adia votação da LDO

"A obstrução do DEM e de partidos da oposição só vai comprometer a votação do Orçamento se a base do governo não comparecer para trabalhar", disse ontem o relator

do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG). A falta de quórum impediu ontem que o relatório preliminar da matéria

fosse discutido e votado na reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O colegiado voltará a se reunir nesta quarta-feira (18), às 14h30.

– A base do governo, não

comparecendo, é tão responsável pela obstrução como quem está obstruindo. Se comparecer, vamos ter maioria, vamos ter quórum para votar – afirmou o relator da LDO 2012.



## Valadares pede votação da pauta dos prefeitos

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ontem ao Congresso que dê prioridade a demandas tidas como prioritárias para os prefeitos que participaram da 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada semana passada. Algumas dependem de votação de projetos pelos parlamentares. Segundo ele, isso seria "resolver problemas no varejo" enquanto não se realiza a revisão do pacto federativo, que a seu ver é injusto com os municípios.

Dentre as dezenas de pedidos, Valadares destacou a necessária regulamentação da Emenda Constitucional 29, que garante recursos mínimos para a saúde.

– Com essa demora, o SUS [Sistema Único de Saúde] já perdeu R\$ 70 bilhões e os municípios R\$ 30 bilhões.

## Couto atribui impostos altos à corrupção



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) fez referência em discurso a denúncias envolvendo o governo federal, relacionando

a carga tributária vigente no país a desvios de recursos. Ele mencionou o caso do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, revelado pela imprensa.

O senador também se referiu à denúncia recente do presidente da companhia Vale, Roger Agnelli, que afirmou que milhões de reais pagos em royalties ao município de Parauapebas (PA) estariam sendo desviados. O prefeito, Darci Lermen, é do PT.

## Santiago elogia pacto contra as mortes no trânsito



Wilson Santiago

Wilson Santiago (PMDB-PB) elogiou o lançamento do Pacto Nacional pela Redução de Acidentes no Trânsito – Pacto pela

Vida –, dos Ministérios da Saúde e das Cidades. O objetivo das ações previstas pelo pacto é diminuir os acidentes e mortes no trânsito e promover o engajamento da população.

Em 2010, disse Santiago, 38 mil pessoas morreram em acidentes de trânsito. Para ele, essas mortes mostram a necessidade de o país adotar políticas públicas, como ações educativas, para reduzir a violência no trânsito.

# Evolução patrimonial de Palocci gera debate entre governo e oposição

A bancada da oposição cobrou investigações rigorosas e os senadores que apoiam o governo buscam minimizar a importância das

denúncias publicadas pelo jornal *Folha de S.Paulo*, de um suposto enriquecimento ilícito do ministro da Casa Civil, Antonio Palocci. Segundo o jornal, o patrimônio

de Palocci cresceu 20 vezes entre 2006 e 2010, passando de R\$ 375 mil para R\$ 7,5 milhões. O patrimônio, que pertence a uma empresa, inclui dois imóveis.

## Demóstenes Torres defende investigação de denúncia

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) defendeu a representação feita por líderes do DEM, PSDB, PPS e PSOL (veja nesta página) para que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, investigue suposto enriquecimento ilícito do ministro Antonio Palocci.

O senador goiano lembrou o livro autobiográfico *Sobre formigas e cigarras*, lançado em 2007, em que Palocci se descreve

como um homem de poucos bens e manifesta descontentamento com boatos sobre seu patrimônio. Demóstenes Torres cobrou transparência com a opinião pública e disse que "causa estranheza" a recusa do ministro Palocci em apontar seus clientes, seus negócios e o faturamento de sua empresa.

Segundo a reportagem da *Folha de S.Paulo*, disse o senador, nem a única pessoa que atende telefone no escritório da empresa do ministro sabe dizer qual seu ramo de atividade.

– O ministro tem direito de ganhar dinheiro, mas é justo que o Senado saiba como o ministro aumentou seu patrimônio – afirmou o parlamentar.

Os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), José Agripino (DEM-RN), Marinor Brito (PSOL-PA), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Jayme Campos (DEM-MT) manifestaram apoio ao pronunciamento de Demóstenes Torres. O senador Pedro Taques (PDT-MT) observou que, em um ambiente republicano, as autoridades públicas devem prestar contas de seus atos.



Demóstenes cobra transparência com a opinião pública

## Marta considera exageradas manifestações da oposição

Marta Suplicy (PT-SP) classificou como "exagero" as manifestações dos senadores Demóstenes Torres (DEM-GO) e Marinor Brito (PSOL-PA) contra Antonio Palocci. Ela ressaltou que Palocci é o "mais importante ministro" do governo Dilma Rousseff, acrescentando que cabe à oposição o ônus da prova.

– Me parece completamente extrapolado o exagero que estamos vivendo neste momento. Não estamos falando de qualquer pessoa. Isso não quer dizer que tenha que ter privilégios. O ministro declarou renda e pagou tributos e quando estava no exercício de deputado federal fez consultorias. Deputados têm empresas assim como os senadores também.

Marta Suplicy comparou a con-

sultoria econômico-financeira prestada pelo atual ministro quando exercia cargo de deputado federal às palestras dadas pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

– Com a bagagem que Palocci tem não é impossível ter consultoria financeiro-econômica. Não por informações privilegiadas, mas pela bagagem que ele tem – enfatizou.

Marta citou declaração do presidente da Comissão de Ética Pública do Executivo, Sepúlveda Pertence, que considerou satisfatórios os documentos apresentados por Palocci, quando assumiu o cargo de ministro, e não viu necessidade de explicações adicionais para o aumento patrimonial.

## Partidos representam por suposto tráfico de influência

Parlamentares de oposição apresentaram ontem representação à Procuradoria-Geral da República em que pedem a apuração de possíveis atos de improbidade administrativa e de tráfico de influência por parte do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci. Assinam o documento os líderes do DEM, Demóstenes Torres (GO); do PSDB, Alvaro Dias (PR); e do PPS, Itamar Franco (MG) e o senador

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

A representação foi feita após a publicação, pelo jornal *Folha de S.Paulo*, da reportagem que aponta crescimento de 20 vezes no patrimônio de Palocci. A assessoria do ministro alega que o dinheiro foi obtido com atividades de consultoria de sua empresa.

– Queremos que o ministro diga de onde veio o dinheiro, para quais empresas ele traba-

## Consultoria é regular e justifica crescimento, diz Humberto Costa

Em defesa de Antonio Palocci, o líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), disse em discurso no Plenário que a atividade de consultoria realizada pelo ministro justifica o crescimento de seu patrimônio nos últimos anos e é regular.

O senador lembrou que Palocci, no período em que exerceu mandato de deputado federal (2007-2010), era sócio de uma empresa de consultoria econômico-financeira. Quando convocado para a Casa Civil, transformou a finalidade da empresa, para adequá-la ao seu novo posto no governo e impedir conflitos de interesses.

Por orientação da Comissão de Ética Pública do Executivo, lembrou o parlamentar, Palocci adotou as seguintes medidas: as atividades de consultoria da empresa Projeto foram encerradas; o objeto social da empresa foi modificado para vedar prestação de serviço que implicasse conflito de interesse com o cargo público; e a gestão do patrimônio da empresa foi transferida para instituição financeira que teria autonomia

para tomar decisões.

Humberto Costa acrescentou que as informações sobre a evolução patrimonial de Palocci constam de declaração de Imposto de Renda. Eduardo Braga (PMDB-AM), Delcídio do Amaral (PT-MS), João Pedro (PT-AM), Romero Jucá (PMDB-RR), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Lindbergh Farias (PT-RJ) manifestaram solidariedade ao ministro.



Humberto lembra que evolução patrimonial foi informada à Receita

## Cristovam Buarque prega a "restauração" do Congresso

Ao avaliar que o Legislativo vem trabalhando a reboque do Executivo, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a "restauração do Congresso Nacional". A seu ver, o Congresso corre o risco de se tornar uma instituição "inoperante e irrelevante", e a reforma política não pode se restringir a apenas uma reforma eleitoral.

Cristovam citou algumas de suas sugestões sobre o tema como voto de legenda com a possibilidade de o eleitor escolher o candidato dentro da lista do partido; candidaturas avulsas; e financiamento público de campanha combinado com doações de pessoas físicas.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) disse que tramita na Comissão de Justiça projeto de sua autoria (PRS 8/11) que promove



Cristovam: "Legislativo corre risco de se tornar uma instituição inoperante"

alterações na apreciação da escolha de autoridades. Pedro Taques (PDT-MT) disse que restaurar o Congresso Nacional é restaurar "a própria democracia".

enviadas à Receita Federal. No texto, ele lembra que não há vedação para que parlamentares exerçam atividade empresarial – no período citado o ministro ocupava uma cadeira na Câmara dos Deputados.

– Numa situação como essa, o homem público ou apresenta as provas documentais da lisura de procedimentos que adotou ou pede para sair – cobrou Alvaro Dias.



Objetivo do novo sistema, inspirado no modelo descentralizado e compartilhado do SUS, é garantir a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à família. Projeto agora segue para discussão na CAS

## CAE aprova criação do sistema unificado de assistência social

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto do governo que institui o Sistema Único de Assistência Social (Suas), com participação da União, dos estados e dos municípios. A proposta (PLC 189/10), que passou na Câmara dos Deputados no fim de 2010, altera a Lei 8.742/93, conhecida como Lei de Organização da Assistência Social (Loas), que passará a tratar do Suas.

As inovações são apoiadas por segmentos que defendem novos conceitos para a assistência social e inspiradas no Sistema Único de Saúde (SUS). A matéria prevê formato descentralizado de prestação da assistência social, com gestão compartilhada entre União, estados, municípios e conselhos de assistência social, além das entidades e organizações de assistência social, sob a coordenação nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Pelo texto, que seguirá agora para exame na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o objetivo do Suas é garantir proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. A assistência e os serviços devem ser organizados para chegar à população.

O projeto está voltado ainda para o controle social, o monitoramento e a avaliação da política de assistência social. Além disso, faz ajustes específicos na Loas, para definir benefícios eventuais e o critério de acesso ao chamado benefício de prestação continuada (BAP). Também regulamenta o funcionamento dos conselhos de assistência social, que terão recursos para assessoramento técnico.



Delcídio (E) e Eunício: um novo conceito de assistência, compartilhada entre União, estados e municípios

## Audiência pública hoje na CI discute tarifa social de energia elétrica

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), presidida pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), realiza hoje, às 14h, audiência pública para debater a tarifa social de energia elétrica (TSEE). O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), autor da sugestão, quer esclarecer as novas regras de cadastramento para a continuação do recebimento do benefício.

A tarifa social sempre foi concedida automaticamente para pessoas de baixa renda que consumiam até 80 quilowatts-hora por mês. Com as novas regras, os

usuários que não se cadastrarem até 1º de junho no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal (CadÚnico) deixarão de receber o desconto, que chega a 60% em alguns casos.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson José Hübner Moreira, será um dos participantes. Leticia Bartholo, diretora do Departamento do Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, representará o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

## Requião teme prejuízo à Paraná Previdência

As operações de compra de letras do Tesouro Nacional pelo fundo de previdência do Paraná, com a intermediação de operadoras privadas, podem resultar em grave prejuízo para os beneficiários do fundo, disse Roberto Requião (PMDB-PR). O problema, segundo ele, está na comissão que pode ser cobrada pela instituição privada intermediária.

– O fundo de previdência do Paraná, com R\$ 6 bilhões em caixa e R\$ 894 milhões de superávit no exercício de 2010, corre risco na mão de pessoas que são apenas negociantes, não governantes e nada têm a ver com o interesse público.

## Suplicy defende renda básica de cidadania



Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou, ontem, a defender a adoção da renda básica de cidadania, aprovada pelo Congresso Nacional em 2003. A medida, lembrou o senador, já foi implantada na cidade paulista de Santo Antônio do Pinhal, em 2009.

Suplicy afirmou que a renda básica de cidadania é melhor do que o Bolsa Família, programa hoje citado como exemplo para a distribuição de renda.

## Mercadante vai ao Acre, anuncia Aníbal Diniz



Aníbal Diniz (PT-AC) anunciou a visita ao Acre do ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. Ele deve firmar parcerias com o governo estadual e a Universidade Federal do Acre e participar de um seminário sobre inovações tecnológicas para a Amazônia. A presença de Mercadante é "alvissareira", em função do projeto estratégico que o ministro desenhou para a área de tecnologia, afirmou Aníbal.

## Mozarildo registra os 66 anos do PTB



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou sua participação e de seus correligionários na comemoração, em Salvador, dos 66 anos do Partido Trabalhista Brasileiro.

Também estiveram no evento representantes do PT, do PCdoB e do PSDB, entre outros, disse o senador.

– E Salvador não foi escolhida por acaso. Foi lá, afinal de contas, que o Brasil começou – afirmou Mozarildo.

## Tratamento para usuários de crack deve ser especial

O tratamento dos usuários de crack, muitas vezes marginalizados socialmente, não pode ser o mesmo dos usuários de cocaína, que não raro possuem uma melhor condição socioeconômica – já que a cocaína é mais cara. Essa foi uma das observações feitas por Bo Mathiasen, representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc) para o Brasil e o Cone Sul, em audiência pública realizada ontem pelo Senado. Ele também lembrou que há estudos sobre uma possível vacina para as duas drogas, mas sem previsão de lançamento.

A audiência fez parte do ciclo de debates que vem sendo promovido pela Subcomissão de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros. O avanço do crack, derivado da cocaína, está entre os principais temas discutidos pela subcomissão do Senado.

Ao reiterar que a marginalização social dos usuários de crack "é um dos aspectos que tornam o tratamento um desafio", Mathiasen frisou que, "entre eles, é mais forte o rompimento dos vínculos e das relações sociais".

Já a maioria dos usuários de cocaína, quando comparados aos de crack, "vivem em contexto socioeconômico melhor, têm à sua disposição uma estrutura mais 'confortável' e, por isso, apresentam uma resistência maior à dependência". Mathiasen disse que essas conclusões se baseiam na experiência de países como Estados Unidos, Canadá, Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Holanda.

– Atualmente, as formas de tratamento mais promissoras no caso do crack são o aconselhamento e a terapia psicossocial – afirmou, acrescentando que "os tratamentos farmacológicos mostram algum resultado, mas ainda deixam a desejar".

Bernardino Vitoy, representante da Organização Pan-Americana da Saúde, defendeu a ampliação da rede de assistência aos usuários de drogas, como os centros de atenção psicossocial (Caps), "que funcionam como porta de entrada para o tratamento desses dependentes". Ele também sugeriu a criação de casas de acolhimento transitório, nas quais os pacientes possam ser abrigados durante o tratamento.



Bo Mathiasen, da ONU, com a senadora Ana Amélia, vice-presidente da subcomissão

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cícero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário:  
Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Vanessa Grazziotin • João Vicente Claudino • Jayme Campos • Paulo Davim • João Pedro • Inácio Arruda • Armando Monteiro • Wellington Dias

\* Licenciado por 121 dias, a partir de 29 de março de 2011.

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem:  
Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cíntia Sasse  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Fernando Haddad não veio à audiência pública de ontem. Publicações estariam politizando o conteúdo e subvertendo as regras do português

## Acatada na CE indicação para diretoria da Ancine

As melhores possibilidades de expansão do audiovisual brasileiro estarão na televisão por assinatura, na telefonia móvel e na internet, por meio de serviços como vídeo por demanda, previu Vera Zaverucha, cuja indicação para diretora da Agência Nacional de Cinema (Ancine) foi aprovada na CE.

– Esse novo cenário de convergência digital, de redução das fronteiras, leva a Ancine a um grande desafio: propor marcos regulatórios que possam dar conta desse cenário – disse.

Vera previu que as indústrias de entretenimento e de comunicação devem crescer 8,8% ao ano até 2014, taxa inferior apenas à da China. No entanto, apenas 7% dos brasileiros frequentam salas de cinema, disse.

## Requerimento de CPI do Ecad é lido em Plenário

Com o apoio de 28 assinaturas de senadores, foi lido ontem em Plenário o requerimento para a criação de uma CPI destinada a investigar as denúncias de irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais (Ecad).

Ao justificar a necessidade da investigação, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apontou denúncias que atribuem ao Ecad “abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexo”.

O parlamentar acredita que, após a conclusão dos trabalhos da CPI, o Senado poderá aprovar regras que assegurem a correta arrecadação e distribuição dos direitos autorais.

# CE reconvida ministro para debater polêmicas sobre livros didáticos

**AS CRÍTICAS** À politização de livros didáticos e à presença em livros de português de exemplos de frases que contrariam as regras gramaticais e de ortografia devem ser debatidas pelos integrantes da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) com o ministro da Educação, Fernando Haddad, na próxima semana. Ele será convidado a comparecer mais uma vez à comissão, anunciou ontem o presidente da CE, senador Roberto Requião (PMDB-PR), logo após a abertura de audiência pública sobre o tema, à qual Haddad não compareceu, sem apresentar justificativa.

O debate destinava-se a tratar apenas de “críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso e elogios ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva” nos livros didáticos aprovados pelo MEC, segundo requerimento do próprio Requião e do senador Cyro Miranda (PSDB-GO). Mas o tema do uso da língua será incluído no próximo debate. Ontem, foi ouvido apenas o presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros Didáticos (Abrelivros), Jorge Yunes. Os representantes enviados por Haddad não participaram da Mesa.

### Doutrinação

Ao condenar críticas presentes em alguns livros didáticos ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Miranda observou que a legislação em vigor proíbe a doutrinação política ou religiosa em livros didáticos.

– A lei é bem clara. Esse tipo de comportamento de elogiar ou dilapidar a imagem de alguém não cabe no livro didático – sustentou Miranda.



Jorge Yunes, da Abrelivros, ao lado do senador Requião (D): “Não tem passado nada que possa ter prejuízo à educação”

Em resposta, Yunes afirmou que a Abrelivros não exerce influência sobre o conteúdo dos livros didáticos, uma vez que as editoras têm autonomia para isso. Ele observou ainda que os livros passam por uma “avaliação criteriosa” de universidades federais. Em sua opinião, “não tem passado nada que possa ter prejuízo à educação”.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) recordou que ainda não existe um “distanciamento crítico”, em termos históricos, para incluir nos livros didáticos elogios ou críticas aos dois últimos presidentes. A seu ver, Lula e Fernando Henrique “não são personagens históricos, mas personagens políticos”.

Por sua vez, Paulo Bauer (PSDB-SC) criticou a inclusão em livros didáticos de exemplos de frases em português que não seguem a norma culta da língua. Waldemir Moka (PMDB-MS), da mesma forma, condenou a inclusão em livros didáticos de frases com a concordância errada e calculou que pelo menos 80% dos professores não estariam de acordo com isso.

## Bauer critica MEC e diz que é preciso “ensinar o certo”

Paulo Bauer (PSDB-SC) condenou ontem o Ministério da Educação (MEC) por autorizar a publicação e a distribuição às escolas públicas de livro didático que admite erros de português. A obra defenderia, segundo o parlamentar, a supremacia da linguagem oral sobre a escrita, admitindo construções do tipo “nós pega o peixe”, as quais poderiam ser consideradas corretas em determinados contextos.

Ex-secretário de Educação de Santa Catarina, Paulo Bauer disse que a ação do MEC deve ser revista, com recolhimento dos livros distribuídos, para não comprometer o aprendizado dos alunos.

– As crianças precisam aprender o português de forma correta e original. Temos que ensinar o certo. Se tivéssemos que admitir que o erro é a regra, não precisaríamos ter leis



Bauer: os livros devem ser recolhidos para não prejudicar mais os alunos

de trânsito. Tem que recolher os livros e não permitir que em outro momento tal equívoco se repita – afirmou.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a ortografia tem de ser preservada e que as normas gramaticais devem ser respeitadas, independentemente dos diferentes sotaques regionais do país.

## Lídice pede combate à violência contra crianças e adolescentes

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou que hoje é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Para a senadora, além da sexual, é preciso discutir outros tipos de violência que atingem as crianças e os adolescentes.

– As mortes por homicídios



Waldemir Boreto/Senado Federal

atingem os adolescentes no Brasil inteiro, principalmente nas periferias das grandes cidades – alertou a parlamentar, lembrando que a Comissão de Direitos Humanos discutirá, em breve, as mortes de adolescentes que se encontram sob a guarda do Estado.

## Geovani manifesta preocupação com estado das escolas públicas

Geovani Borges (PMDB-AP) manifestou preocupação com o estado das escolas públicas. Segundo o senador, a condição precária das escolas termina desmotivando a aprendizagem dos alunos.

– Somos todos conhecedores das insuficiências que impedem



Waldemir Boreto/Senado Federal

o interesse dos alunos pelo ambiente escolar – declarou. Portas quebradas, cadeiras sucateadas, paredes e banheiros sujos são apontados pelo senador como empecilhos para o estudante “se sentir feliz e orgulhoso da escola que frequenta”.

## CAE aprova isenção para edições eletrônicas

A definição legal de livro poderá incluir os formatos digital, magnético e ótico, segundo projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Com a mudança na lei que institui a Política Nacional do Livro (Lei 10.753/03), os leitores eletrônicos ficariam isentos de impostos, como já acontece com livros impressos no formato tradicional ou em braille.

O autor da proposta (PLS 114/10), Acir Gurgacz (PDT-RO), considera superada a definição de livro apenas como publicação em papel. O projeto define como livro todo equipamento

cujas função exclusiva ou primordial seja a leitura de texto em formato digital. O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), elogiou a iniciativa.

### Atraso

Gurgacz argumenta que a permanência do atual conceito representa um atraso diante da evolução tecnológica. Hoje as pessoas podem ter fácil acesso a audiolivros ou mesmo armazenar uma biblioteca com centenas ou milhares de obras em *pen drives*, CD e DVD.

O autor aponta a “abismal diferença de preço” entre as obras

impressas e suas versões digitais, “muito mais baratas”.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), adiantou que há questionamentos em relação ao conteúdo do projeto, que serão apresentados na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde o texto será examinado em decisão terminativa.

Gurgacz disse esperar apoio do governo para oferecer mais um instrumento a favor da educação e do ensino. Luiz Henrique (PMDB-SC), por sua vez, afirmou que “o reconhecimento do livro em meio digital já vem tarde”.

## Governadores discutem dívidas com Tesouro

A CAE pretende reunir quatro governadores com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin Filho, para um debate sobre as dívidas dos estados com a União. Essa foi uma das novas audiências públicas aprovadas ontem pela comissão. O debate sobre as dívidas foi sugerido pelo senador Luiz

Henrique (PMDB-SC).

Serão convidados os governadores Geraldo Alckmin (SP), Raimundo Colombo (SC), Marcelo Déda (SE) e Eduardo Campos (PE). O economista José Roberto Afonso, do quadro do BNDES, atualmente à disposição do Senado, será também escalado para a audiência,

ainda sem data definida.

Outra audiência, proposta pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), vai discutir o projeto de resolução do Senado (PRS 72/10) que estabelece alíquotas do ICMS sobre operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior.



Ao saudar o 17º Grito da Terra, senador afirma que os agricultores familiares, que antes "nem passavam na porta do Planalto", têm hoje "interlocução direta com os ministérios"

# Pimentel lembra importância da agricultura familiar no país

JOSÉ PIMENTEL (PT-CE) destacou, ontem, a realização do 17º Grito da Terra Brasil, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e enfatizou a importância da agricultura familiar no Brasil. O senador apresentou dados dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, segundo os quais os agricultores familiares são responsáveis por mais de 70% da produção de feijão, 84% da de mandioca, 49% da de milho, 54% de toda a bacia leiteira e 40% de todas as aves e ovos. Ele disse que o setor detém 24% das terras agricultáveis e 90% das propriedades registradas no país.

O parlamentar lembrou que o crédito para o setor era reduzido no início da década de 1990, mas em 1996 esses agricultores conseguiram a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf). Pimentel relatou que, naquele ano, nenhum ministério recebia a pauta da agricultura familiar e os agricultores "nem passavam na porta" do Palácio do Planalto.

– Com a chegada do melhor e maior presidente da República, que é Luiz Inácio Lula da Silva, essa realidade mudou. Passamos a ter uma interlocução direta com todos os ministérios. Passamos a ter uma agenda com o presidente desde 2003. E, a partir dali, construímos uma outra agenda, diminuindo os conflitos na roça – afirmou.

Pimentel ressaltou que os participantes do 17º Grito da Terra tiveram reuniões com vários órgãos e instituições federais e com o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), relator da reforma do Código Florestal. Disse que eles devem entregar hoje ao presidente do Senado, José Sarney, a relação



Participantes do Grito da Terra fazem manifestação em frente ao Congresso

dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que consideram prioritários.

O senador saudou a presidente Dilma Rousseff por ter se comprometido a lançar, nos próximos dias, o programa Água para Todos, iniciativa que, a seu ver, deve trazer grande melhora à saúde no campo.

Pimentel lembrou que, em 2002, o crédito para a agricultura familiar não ultrapassava R\$ 2,2 bilhões, mas que o Orçamento deste ano prevê recursos superiores a R\$ 16 bilhões.



Pimentel diz que o Orçamento deste ano destina mais de R\$ 16 bi ao setor

## Ana Amélia defende protesto de produtores brasileiros de arroz

A senadora Ana Amélia (PP-RS) se solidarizou ontem com os participantes do movimento "Te Mexe, Arrozeiro", que paralisou a ponte entre Uruguaiana (RS) e Paso de los Libres, na Argentina, em protesto pelos problemas que os produtores de arroz enfrentam no Brasil. Ela defendeu que o governo tome medidas contra os argentinos em prol dos

agricultores locais.

– É necessário que o governo estenda ao arroz as retaliações comerciais que tem imposto à Argentina no caso dos veículos automotores e autopeças – sugeriu.

Ana Amélia se encontrou com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, para pedir a suspensão temporária da importação de 100 mil toneladas de arroz da Argentina. Seria, em sua opinião, uma forma de responder adequadamente ao que a Argentina vem fazendo com os manufaturados brasileiros.

A venda do produto cultivado aqui, explicou Ana Amélia, sofre prejuízos com a venda da saca por R\$ 17, segundo a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), bem inferior ao preço mínimo oficial de R\$ 25,80.



Ana Amélia: prejuízos no Sul com o preço da concorrência argentina

## Walter Pinheiro destaca entrevista de Delfim sobre Lula



Walter Pinheiro (PT-BA) destacou entrevista de Delfim Netto à TV Folha, na qual o ex-ministro afirmou que o Brasil passa por "um novo processo civilizatório graças à intuição de um cidadão de colocar a distribuição de renda como fator preponderante do desenvolvimento: Luiz Inácio Lula da Silva".

O senador citou os 15 milhões de novos postos de trabalho obtidos nos oito anos do governo Lula, que, disse, geraram novos padrões de consumo e permitiram aos trabalhadores acesso a bens como eletrodomésticos, televisores e computadores.

## Kátia acusa ONG de falsear dados do desmatamento



Kátia Abreu (DEM-TO) acusou o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) de divulgar dados inverídicos sobre a evolução do desmatamento na região amazônica.

– Esse instituto divulgou informações tendenciosas e, na minha avaliação, inverídicas a respeito do aumento do desmatamento na Amazônia – afirmou.

De acordo com a senadora, o Imazon é uma entidade não governamental financiada por recursos internacionais, principalmente de empresas europeias, e também pelo BNDES.

## Ferraço aprova editorial sobre regras para MPs

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) leu ontem editorial do jornal *O Globo* em favor da aprovação, pelo Senado, da proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que muda os critérios de admissibilidade e as regras de tramitação das medidas provisórias.

Ferraço disse que o tema tem de estar presente nas discussões do Congresso Nacional, "sobretudo para a necessária retomada das nossas prerrogativas e da valorização do nosso espaço de trabalho".

O editorial de *O Globo* afirma que "a democracia está em crise" e a crise é grave "por se caracterizar pela imobilização do Legislativo, devido à expansão do Executivo".



Eduardo Suplicy (E) e Ricardo Ferraço (C) durante apresentação, ontem, de relatório na Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa

## Mudanças na estrutura da Casa serão votadas até o final do mês

O relatório sobre o projeto que altera a estrutura administrativa do Senado foi apresentado ontem por Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

São 220 artigos com alterações que vão desde uma redução de 48% no número de chefias e de cargos de livre provimento até a redefinição das atribuições de áreas como a Gráfica, o Prodasen, o Serviço Médico, a Polícia do Senado e a Secretaria de Comunicação Social. A votação do relatório na subcomissão temporária que trata do tema deve ocorrer até o final do mês.

– O Senado existe em função do Plenário e das comissões. A maior parte do seu quadro de pessoal, porém, desempenha hoje funções auxiliares de difícil compreensão à luz da missão constitucional – disse.

Ferraço enfatizou a necessidade de que as áreas-meio não suplantem "em tamanho e importância" os setores que guardam relação direta com a atividade legislativa.

– A adequação permite uma substancial redução de cargos e custos – disse, sem precisar o valor a ser economizado.

O senador sugere também que a função de chefe de gabinete – hoje privativa de servidor de carreira – passe a poder ser ocupada por livre nomeação. Entretanto, o total de ocupantes de cargos de

livre provimento no assessoramento parlamentar seria de no máximo 25 contra os atuais 79. O número de servidores efetivos em cada gabinete seria limitado a três. Pelo cálculo do senador, seriam liberados 243 servidores para a estrutura permanente da Casa.

– Proponho que designação de servidor para o gabinete seja precedida de processo formal de treinamento e qualificação – acrescentou.

### Diretor-geral

O relatório propõe que a designação do diretor-geral do Senado deixe de ser uma livre atribuição do presidente da Casa e tenha que ser aprovada pelo Plenário. O mandato do diretor seria limitado a quatro anos.

– A proposta é impessoal, já que a Casa é coletiva e devemos compartilhar as responsabilidades – defendeu.

O senador baseou-se nos estudos da Fundação Getúlio Vargas e no trabalho de subcomissão nomeada na legislatura passada. Ferraço estipulou prazos que vão de 60 a 180 dias para a reestruturação de áreas da Casa. Sugeriu ainda medidas para adoção em 60 dias: avaliação da mão-de-obra terceirizada, da frota de veículos, da prestação de serviços extraordinários e do pagamento de horas extras.